



**Getúlio Idealizou, Jango Criou, FHC Privatizou
parte, Itamar Defendeu, Dilma Facilitou, Temer
Iniciou e Bolsonaro Privatizou!!**



**Presidente LULA, qual será o seu
legado?**

- **Convalidar o escárnio da privatização** feita pelo governo Bolsonaro, que praticou um grave crime lesa-pátria contra a sociedade brasileira?
- **Aceitar acordos e conciliações marotas com a Eletrobras**, que a proteção de interesses dos grandes acionistas minoritários da Eletrobras, maiores beneficiários do crime lesa-pátria e escárnio cometido contra o povo brasileiro?
- **Cumprir a promessa que fez na campanha eleitoral de 2022**, onde em debates e comícios se comprometeu em rever a perversa privatização da Eletrobras?
- **Determinar que a Casa Civil, AGU, o MME, o Ministério da Fazenda e o BNDES passem a defender, verdadeiramente, os interesses da sociedade brasileira** no processo de conciliação em andamento com a gestão privada da Eletrobras?



Bolsonaro, acompanhado por Braga Neto, Paulo Guedes, Sachsida, Tarcísio, Rodrigo Limp, Marisete Dadald e outros.

O Governo Lula convalidará o escárnio da privatização feita pelo governo Bolsonaro, que praticou um grave crime de lesa-pátria contra a sociedade brasileira?

A imagem fotográfica acima, capturada em junho de 2022, é histórica e emblemática, pois registra o momento de alegria e euforia daqueles que foram os principais responsáveis pelo maior crime de lesa-pátria praticado contra o povo brasileiro: a privatização da Eletrobras. Foi estruturada milimetricamente para beneficiar os grandes acionistas minoritários da companhia, mediante a cassação dos direitos políticos da União Federal (detentora de 43% das ações) em prol de um grupo de acionistas com menos de 5% do capital da empresa, ou seja, na Eletrobras privatizada quem tem menos manda muito mais – uma verdadeira excrescência no mundo do direito societário!

No contexto das excrescências jurídicas que envolveram todo o processo de privatização, novo Conselho de Administração da Eletrobras foi montado pelo representante do acionista minoritário 3G Radar e de outros, que juntos detinham menos de 5% das ações, tudo em combinação com agentes públicos que atuavam como representantes do MME e do Ministério da Economia, além do ocupante-eleito da vaga destinada aos empregados - que capitulou e passou a apoiar a famigerada privatização. Todos foram agraciados na nova estrutura de governança e gestão e com remunerações altíssimas!

Lamentavelmente, hoje quem manda e desmanda na Eletrobras, ocupando o papel de controlador, é um pequeno grupo de acionistas com menos de 5% das ações e a União Federal, detentora de 43% das ações está completamente alijada da governança e gestão da companhia!

**Diante dos fatos, questionamos o presidente Lula:
Qual será o legado que o seu governo deixará para a
Eletrobras e para o povo brasileiro!**



O Governo Lula aceitar acordos e conciliações marotas com a Eletrobrás que protejam os grandes acionistas minoritários da Eletrobrás, maiores beneficiários do crime de lesa-pátria e escárnio cometido contra o povo brasileiro?

Em maio de 2023, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ajuizou, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7385) contra dispositivos da lei de desestatização da Eletrobrás que reduziram o poder de voto da União.

Após as manifestações da AGU, Senado Federal e da Procuradoria Geral da República, o relator da ADI-7385, ministro Nunes Marques, encaminhou à CCAF (vinculada à AGU) os autos do processo para tentativa de conciliação entre a União Federal e a Eletrobrás, conforme despacho abaixo:

"Ante o exposto, envio os autos à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) para tentativa de solução amigável entre as partes (CPC, arts. 3º e 174), por 90 dias. 3. Encaminhe-se esta ação direta de inconstitucionalidade à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) para tentativa de conciliação e solução consensual e amigável entre as partes, tal como instrumento previsto nos arts. 3º e 174 do CPC, por 90 dias. 4. Publique-se." Brasília, 19 de dezembro de 2023."

Na ação, a AGU sustenta que a aplicação imediata da limitação das ações detidas pela União à apenas 10% após a privatização, representa grave lesão ao patrimônio e ao interesse público, porque a União manteve cerca de 40% das ações ordinárias, mas não tem voto proporcional a essa participação. A União pede ainda, a fixação de interpretação para que a referida regra somente se aplique ao direito de voto referente a ações adquiridas depois da desestatização.

São preocupantes os comentários que circulam na esplanada dos ministérios, de que no processo de conciliação em andamento na CCAF, membros do governo – ligados ao MME e MF estejam colocando sob a mesa de negociação a possibilidade de a Eletrobrás adiantar recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em troca dos direitos políticos e societários da União Federal na governança e gestão da Eletrobrás. Se eventualmente o governo concordar com este tipo de negociação marota, envolvendo

recursos que já são do povo – cobrado nas tarifas de energia, estaremos diante de um verdadeiro escândalo e escárnio!

Diante dos fatos, questionamos o presidente Lula: Qual será o legado que o seu governo deixará para a Eletrobras e para o povo brasileiro!



Lula discursando durante a campanha eleitoral de 2022

O governo Lula vai cumprir as promessas feitas na campanha eleitoral de 2022, onde em debates e comícios se comprometeu em rever a perversa privatização da Eletrobras?

Em 16/02/2022, Luiz Inácio Lula da Silva, então pré-candidato à Presidência da República criticou o modelo de privatização da Eletrobras aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por seis votos a um. Disse ainda, via redes sociais, esperar que empresários sérios não entrem no "arranjo esquisito" apresentado pelo governo de Jair Bolsonaro.

"Eu espero que os empresários sérios que querem investir no setor elétrico brasileiro não embarquem nesse arranjo esquisito que os vendilhões da pátria do governo atual estão preparando para a Eletrobras, uma empresa estratégica para o Brasil, meses antes da eleição", escreveu Lula.

Na mesma oportunidade, a presidente do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), afirmou que a aprovação do TCU à 1ª fase da privatização da Eletrobras é um “crime de lesa-pátria”.

"Seria importante a gente dizer que nós não vamos deixar isso assim. E que esses que estão se preparando para fazer negociatas com a Eletrobras, que tenham clareza no que estão se metendo. Nós queremos rever as coisas que vão fazer com essas empresas que são estratégicas para o desenvolvimento brasileiro", disse.

Diante dos fatos, questionamos o presidente Lula: Qual será o legado que o seu governo deixará para a Eletrobras e para o povo brasileiro!



Presidente Lula em reunião ministerial em 2023.

O presidente Lula determinará que a AGU, o MME, o Ministério da Fazenda e o BNDES passem a defender, verdadeiramente, os interesses da sociedade brasileira no processo de conciliação em andamento com a gestão privada da Eletrobras?

O processo de privatização da Eletrobras, desde o início, foi estruturado como modelagem para beneficiar e proteger os interesses dos grandes acionistas minoritários da companhia. Toda a trama começou após o impeachment da presidente Dilma e ascensão de Michel Temer.

Em agosto de 2017, o governo Temer anunciou a intenção de privatizar a companhia, que na época respondia por um terço da geração de energia no país e mais de 50% da transmissão. Na oportunidade o MME divulgou que o valor patrimonial da Eletrobras era de R\$ 46,2 bilhões e o total de ativos da empresa somava cerca de R\$ 170,5 bilhões.

Com a vitória de Jair Bolsonaro em 2019, o projeto de privatização tomou corpo e foi levado adiante por meio da MP-1031/21, de 23/01/2021. Todos os lobbies e movimentações de acionistas minoritários e agentes do governo funcionaram e a referida MP foi aprovada nas casas do Congresso Nacional e convertida na Lei nº 14.182 de 12/07/2021 – que aprovou a desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

O processo de privatização da Eletrobras foi analisado pelo TCU, tem o número TC 008.845/2018-2, sendo que em maio de 2022, o plenário do TCU aprovou o processo de privatização da Eletrobras por 7 votos a 1.

No referido processo, o ministro Vital do Rego apresentou voto contrário à privatização da Eletrobras apontando a existência de 6 (seis) irregularidades no referido processo, sendo eles:

1. **Ausência de republicação de demonstrações financeiras de Eletrobras e Eletronuclear** para correção de dividendos cumulativos devidos desde 2010, no valor de R\$ 2,7 bilhões, segundo norma do CPC; da CVM; da Aneel; Lei 6.404/1976; Lei 11.638/2007; e Acórdão 2.931/2021-Plenário (Codesa); e com risco de que parte desses dividendos seja paga ao acionista privado após a perda do controle da Eletrobras, com prejuízo de R\$ 743 milhões à União;
2. **Valuation de Itaipu Binacional** de forma ilegal, subavaliada, mediante resoluções ilegais, alheias ao Decreto 2.594/1998, às Leis 9.491/1997 e 14.182/2021, com impacto direto no preço mínimo da ação;
3. **Ilegalidades havidas nos serviços de avaliação** independentes contratados, com erros na estimativa de preço de venda de longo prazo de energia elétrica utilizada na projeção dos fluxos de caixa operacionais das empresas e no cálculo do custo do capital próprio da taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente líquido dos fluxos de caixa operacionais das empresas que compõem a Eletrobras;
4. **Percentual da cláusula de *poison pill* conflitante com a participação acionária de 45%** que a União terá ao final do processo de capitalização da Eletrobras. Ausência de consulta ao Cade;
5. **Ausência de consulta aos órgãos responsáveis pela Política Nacional Nuclear**, em especial a recém-criada Autoridade Nacional de Segurança Nuclear;
6. **Diferença de R\$ 30,64 bilhões no cálculo do endividamento líquido ajustado da Eletrobras.**

Apesar de todos os alertas feitos por entidades do setor elétrico, especialistas, técnicos e das irregularidades apontadas pelo ministro do TCU, **para a felicidade dos grandes acionistas minoritários e dos agentes públicos infiltrados dentro da companhia para viabilizar a qualquer custo o processo de entrega da empresa, a Eletrobras foi privatizada em junho de 2022**, quando o governo de Bolsonaro colocou ações da empresa à venda e reduziu sua participação nela de 65% para 42%.

Por tudo que aconteceu, não atoa, a referida privatização passou a ser nominada com as seguintes palavras/expressões pejorativas e desabonadoras: **crime de lesa-pátria, escárnio e sacanagem**, entre outras que denotam malfeitos, falta de ética e locupletação.

Diante do exposto, é esperado que nas negociações com a Eletrobras, no âmbito do processo de conciliação em andamento na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) determinado pelo STF, os representantes da União Federal, sejam eles da Casa Civil, MME, Ministério da Fazenda – MF, AGU e BNDES, atuem com base nos princípios da **LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE e EFICIÊNCIA**, sem perder de vista o interesse público que norteia a prestação de serviço essencial à sociedade brasileira e a preservação dos direitos políticos e societários da União Federal.

Diante dos fatos aqui expostos, questionamos o presidente Lula: Qual será o legado que o seu governo deixará para a Eletrobras e para o povo brasileiro!